

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

ATA N.º 06/2010

1 Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e dez, às dezoito horas, no
2 miniauditório um do campus Pelotas do Instituto Federal de Educação,
3 Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, realizou-se a reunião do
4 Conselho Superior da instituição. Presentes à reunião, o presidente do
5 conselho, professor Antônio Carlos Barum Brod e os conselheiros:,
6 Adriano Ernesto Kappke, Ana Maria Martins, Carlos Alberto Pinto da
7 Rosa, Carlos Alberto Schuch Bork, Cleiton Soares Zanini, Edelbert
8 Krüger, Frank Gonzatti, Gisela Loureiro Duarte, Gabriel Rodrigues
9 Bruno, em substituição do professor Idílio Manoel brea Victoria, José
10 Luiz Lopes Itturriet, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Maicon
11 Anca dos Santos, Manoel José Porto Júnior, Marcelo Bender Machado,
12 Maria Regina Rosa Lima, Melissa Rosa de Souza, Ranieri Martins Ilha,
13 Ricardo Pereira Costa, Samuel Aguiar da Cunha, e Vinícius Novicki
14 Obadowiski; e os convidados: Berenice Mattos da Silva, Flávio Luís
15 Barbosa Nunes, Alessandro de Souza Lima, Jair Jonko, Lúcio Almeida
16 Hecktheuer, Mario Leonardo Boessio, Miguel Felberg e Janete Otte.
17 Inicialmente o presidente do Conselho, prof. Antônio Carlos Barum
18 Brod, abriu a reunião do Conselho realizando uma saudação aos
19 presentes; saudou de forma especial aos conselheiros Hugo Roberto
20 Stephen e Carlos Alberto Pinto da Rosa, respectivamente diretor-geral
21 do campus Pelotas - Visconde da Graça e o representante do MEC; em
22 seguida deu posse ao conselheiro nato Hugo Roberto Kaastrup Stephen;
23 o presidente colocou em regime de aprovação a ata N°03/2010, o
24 conselheiro Edelbert Krüger sinalizou acertos nas linhas 193 e 214, em
25 seguida a mesma foi aprovada pelos presentes; o Presidente do
26 Conselho colocou a pauta da reunião em apreciação, sendo sugerida
27 uma inversão de itens, passando o item 4 para 1 e incluída uma nova
28 pauta de “Aprovação do Curso de Especialização em Educação
29 Profissional com Habilitação para Docência”, sendo este o item de
30 número 2; também foi alterado o novo item 1 da pauta, sendo
31 substituída a palavra “apreciação” por “aprovação”; o Presidente do
32 Conselho passou a palavra ao professor Jair Jonko para apresentar a
33 pauta de número 1, “Aprovação de ações de intercâmbio entre o IFSul e
34 UTU”, o mesmo apresentou as ações já desenvolvidas pelo Instituto em
35 parceria com a UTU do Uruguai, ao longo do 2009 e 2010, entre elas a
36 criação do Comitê Gestor das Escolas Binacionais, que irá balizar as

37 ações que envolvam o referido comitê, o conselheiro Idílio Victória
38 solicitou que a apresentação em Powerpoint seja enviada ao Conselho; o
39 Presidente do Conselho colocou em regime de votação a aprovação das
40 ações de intercâmbio entre o IFSul e UTU, sendo aprovado por todos os
41 presentes. O Presidente do Conselho, enquanto aguardava a chegada do
42 pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, para apresentar o
43 item de número 2 da pauta, colocou em aprovação a pauta de número 6,
44 homologação do nome do Diretor-Geral do campus Pelotas, eleito
45 recentemente, para um mandato que terá a duração até o final do
46 mandato do atual reitor do IFSul, sendo homologada por todos os
47 presentes. O Presidente do Conselho, passou para a pauta de número 2,
48 quando o convidado Lúcio Almeida Hecktheuer, passou a apresentar os
49 encaminhamentos realizados até o momento sobre o curso de
50 Especialização em Educação Profissional com Habilitação para
51 Docência, sendo complementado com informações pelo conselheiro
52 Manoel José Porto Júnior, um dos autores da proposta; a conselheira
53 Gisela Amaral, louvou a iniciativa e pediu esclarecimentos sobre alguns
54 tópicos do projeto, sendo que foram sanadas pelo conselheiro Manoel
55 José Porto Júnior, ficando definida o acerto da redação do item que
56 define a quantidade de entradas de turmas por ano; o conselheiro Idílio
57 Victoria, parabenizou a proposta e solicitou que o curso possa ser
58 oferecido como educação continuada aos servidores dos novos campi; o
59 conselheiro Manoel José Porto Júnior, colocou que irá realizar alguns
60 acertos de ordem de semântica do projeto, proposto pelo Colégio de
61 Dirigentes e que não foram contempladas na versão enviada aos
62 conselheiros; a conselheira Berenice Santini solicitou que em novas
63 propostas fosse enviado mais informações sobre a estrutura dos cursos,
64 para que possa apreciar com mais detalhamento; o professor Lúcio
65 concordou e disse que nos próximos encaminhamentos será com
66 maiores informações, conforme solicitado; Lúcio, na ocasião, enfatizou
67 que não abre mão do parecer do Conselho Nacional de Educação para
68 que o curso seja colocado em prática, haja vista, que os pareceres já
69 emitidos para outros cursos de mesma não geram jurisprudência,
70 conforme a PF-IFSul. Logo após, o presidente do conselho louvou a
71 iniciativa do grupo que liderou a construção desse projeto e, em
72 seguida colocou em aprovação a proposta do referido curso, sendo
73 aprovado por todos os presentes. O Presidente do Conselho passou para
74 o próximo item da pauta, “Aprovação do Regulamento de Estágio”,
75 passando a palavra ao convidado Miguel Felberg, que estava
76 representando o proponente pró-reitor de Extensão, Renato Meirelles,
77 que estava em viagem, ele passou a historiar a situação dos estágios e a
78 apresentar a proposta do Regulamento; a conselheira Berenice Santini
79 pediu esclarecimento dos artigos 9 e 10, que tratam da questão da

80 prorrogação dos estágios, também perguntou sobre o prazo do estágio,
81 solicitando que o ele passe para 24 meses, a conselheira Gisela Amaral
82 sugeriu que o prazo do estágio fique a critério de cada campus definir, o
83 conselheiro Edelbert Kruger, perguntou sobre o significado do termo
84 profissional liberal, que tinha preocupação com o termo; o conselheiro
85 Carlos Alberto Pinto da Rosa colocou que fica preocupado com a
86 sugestão de cada campus ter o seu critério, o conselheiro Manuel Porto
87 Júnior colocou que muitas vezes as empresas acabam por explorar a
88 mão-de-obra de estagiários, defendendo os critérios sugeridos pela pró-
89 reitoria de Extensão, para evitar esta exploração; o convidado Miguel
90 Felberg, colocou um pouco de sua experiência com a questão do
91 estágio, informando que grandes empresas tem o limite de 1 ano para
92 estágios, que são poucos os pedidos de prorrogação do prazo do estágio,
93 ele entende que acima de 1 ano de estágio seria exploração do aluno,
94 pois já é tempo suficiente para a empresa perceber a qualificação do
95 estagiário e assim optar por contratá-lo ou não; quanto ao termo
96 profissional liberal contido no Regulamento, ele faz parte do corpo da
97 legislação do estágio; o conselheiro Edelbert Kruger, sugeriu que no
98 artigo 12 seja alterado para o termo “empresa” por “concedente”; o
99 conselheiro Cleiton Zanini, perguntou como os alunos podem trazer
100 uma empresa para o cadastro do Instituto para poderem fazer estágio; o
101 convidado Miguel Felberg, informou que basta o aluno fazer o contato
102 com a empresa que o encaminhamento do convênio será automático no
103 momento do primeiro estagiário na mesma; o conselheiro Marcelo
104 Bender Machado, defendeu a unicidade do Regulamento entre os *campi*;
105 o conselheiro Carlos Bork, defendeu a proposta de aumentar o prazo
106 para 24 meses de estágio, em função da experiência do campus com a
107 Braskem, que na maioria das vezes vai até 24 meses; o conselheiro
108 Vinicius Obadowiski perguntou sobre a diferença do estágio obrigatório
109 e não-obrigatório, se poderia fazer o obrigatório durante o curso; o
110 convidado Miguel Felberg, colocou que o estágio obrigatório pode ser
111 realizado durante o curso, sendo complementado pelo conselheiro Luiz
112 Afonso Fonseca, que depende do projeto pedagógico de cada curso; o
113 Presidente do Conselho, informou que as inscrições para comentarem o
114 Regulamento de Estágio se encerram na fala destes inscrites; a
115 conselheira Gisela Amaral, defendeu que a prorrogação do estágio para
116 24 meses seria uma exploração do aluno estagiário, perguntou também
117 sobre a legislação que limitaria em 10% da força de trabalho da empresa
118 o número de estagiários; o convidado Miguel Felberg, disse que a
119 legislação contempla isto, junto ao Ministério do Trabalho, mas que não
120 seria o caso de colocar um item que interfere na administração da
121 empresa; a conselheira Gisela Amaral perguntou sobre o Item 2 do
122 artigo 28, que versa sobre o ensino integrado; o convidado Miguel

123 Felberg, informou que este aluno pode fazer qualquer tipo de atividades;
124 a conselheira Gisela perguntou sobre a figura da banca examinadora e
125 sua função; o convidado Miguel Felberg respondeu que refere-se a
126 verificação dos dados dos alunos, a correção de português e o teor do
127 conteúdo do relatório, sendo três componentes na banca, um do CIEE,
128 um professor de português e o coordenador do curso do aluno, ficando
129 definido que conste estes dados no relatório; a conselheira Gisela
130 perguntou sobre o artigo 32, sobre a bolsa; o convidado Miguel Felberg,
131 informou que a bolsa é obrigatória quando o estágio for não-obrigatório;
132 a conselheira Berenice Santini ratifica sua posição de deixar 24 meses
133 para o estágio, pediu para registrar que o Instituto deve atender as
134 especificidades de cada região de atendimento de cada um dos *campi*, e
135 que elas deveriam ser respeitadas; o convidado Miguel Felberg,
136 informou que 50% dos estagiários do *campus* Pelotas, o fazem na região
137 metropolitana de Porto Alegre; o conselheiro José Francisco Martinez,
138 defendeu que é necessário que cada campus possa definir o prazo do
139 estágio; o conselheiro Luiz Afonso, perguntou sobre o artigo 2, que o
140 final da redação fala sobre os “anos finais”; o convidado Miguel Felberg
141 informou que o termo vem no corpo da lei; o conselheiro Luiz Afonso
142 solicitou uma troca de palavra no artigo 34, sugerindo a troca da palavra
143 revertido, por convertido; o presidente do Conselho reforçou que é
144 importante que o regulamento seja igual para todos os *campi* do
145 Instituto, defendendo que o prazo máximo do estágio seja de 24 meses
146 para todos os *campi*, por outro lado defende que precisamos proteger o
147 nosso aluno para que não seja explorado pela empresa, quando realiza
148 seu estágio, também colocou o problema que o próprio Instituto vem
149 passado em relação aos bolsistas, e que o novo Regulamento irá permitir
150 a substituição do tipo de relação contratual com os mesmos, passando a
151 serem estagiários e não mais bolsistas; o conselheiro Manuel Porto
152 Júnior, louvou a posição da Instituição para evitar o uso excessivo dos
153 bolsistas, mas não aceita a colocação de que a carga horária das 6 horas
154 dos técnico-administrativos, seja justificativa para o uso excessivo dos
155 bolsistas e colocada em dúvida, conquista esta realizada ao longo do
156 tempo; o presidente do conselho colocou que não defende a retirada das
157 6 horas dos técnico-administrativos, conquista da qual fez parte, e que
158 sua preocupação é a utilização de bolsistas de forma incorreta; a
159 conselheira Gisela Amaral defendeu a criação dos monitores para alunos
160 carentes e defendeu que as especificidades de cada *campi* devem ser
161 atendidas; o presidente do conselho explicou que aceita atender as
162 especificidades dos *campi*, o que não aceita é que o regulamento não as
163 defina, deixando-as em aberto, também informou que esta sendo
164 organizado um programa, para todos os Institutos do Brasil, que definirá
165 10% do seu orçamento para atender o apoio estudantil, que esta sendo

166 criado uma Diretoria sistêmica para atender o apoio aos alunos; a
167 conselheira Fernanda colocou sua preocupação quanto a forma como foi
168 colocada a carga horária das 6 horas dos técnico-administrativos, pois é
169 um tema muito delicado; o presidente do conselho esclareceu que a
170 preocupação é de que não se pode justificar o uso das 6 horas para
171 informar que não se consegue atender as atividades que tenham que ser
172 desenvolvidas; o conselheiro aluno Passo Fundo, incentivou o uso de
173 bolsas de iniciação científica para a permanência do aluno; o
174 conselheiro Hugo Stephen colocou que as matérias que vem para o
175 Conselho devem ser discutidas anteriormente e aqui apenas votadas ou
176 acertados os pequenos detalhes; o Presidente do Conselho colocou em
177 regime de votação, sendo aprovado, com uma abstenção. O presidente
178 do conselho passou ao próximo item da pauta, “Aprovação do Plano de
179 Ação – 2010”, com a palavra a Pró-reitora de Desenvolvimento
180 Institucional, Janete Otte, solicitou autorização, ao conselho, para que
181 antes da passar a apresentar o Plano de Ação, apresentasse uma
182 proposição, o que foi aprovado pelos conselheiros. Sendo assim, a
183 convidada Janete Otte propôs a inclusão do novo *campus* do IFSul :
184 *campus* Pelotas-Visconde da Graça, no Estatuto do Instituto Federal
185 Sul-rio-grandense; o presidente do conselho colocou em aprovação a
186 referida proposta, sendo essa aprovada pelos presentes; em seguida a
187 convidada Janete Otte passou a explanar o Plano de Ação 2010,
188 informou que muitas metas não poderão ser contempladas, pois não
189 estavam inseridas no PDI, e que o mesmo deverá ser revisto ao longo do
190 tempo; a conselheira Berenice Santini perguntou se será realizado um
191 relatório das ações alcançadas, sugeriu que determinadas ações
192 deveriam ser unidas, pois seriam mais simples que outras ações,
193 deixando as ações mais próximas umas das outras no nível de
194 complexidade; o conselheiro Edelbert Krüger, pediu esclarecimento do
195 item 2.6, sobre a implantação de Empresas Júnior nos *campi*, que
196 algumas ações poderiam ser aproveitadas para cada *campus*; a
197 convidada Janete Otte explicou que a meta ocorreria em momentos
198 diferentes para cada *campus*, após diversas manifestações ficou definido
199 que a meta não seria alterada, mas as ações seriam acertadas; o
200 conselheiro Manuel Porto Júnior perguntou se os Regimentos Internos
201 teriam que ser obrigatoriamente construídos em 2010; a convidada
202 Janete Otte explicou que sim teria que ser em 2010; o conselheiro
203 Manuel Porto Júnior solicitou então que ficasse explícito no item 15.58
204 que os Regimentos Internos sejam construídos em 2010, e não apenas
205 auxiliar a sua constituição, assim como que garantisse uma ampla
206 participação da comunidade acadêmica; a convidada Janete Otte
207 informou ainda que anualmente é realizado uma análise do que foi
208 alcançado no Plano de Ações, pediu também desculpas pelo momento

209 em que foi apresentado o Plano de Ações deste ano, pois já deveria estar
210 aprovado; o Presidente do Conselho colocou em regime de votação o
211 Plano de Ações 2010, sendo aprovados pelos presentes. O Presidente do
212 Conselho passou ao próximo item da pauta, “Apreciação do
213 requerimento, do SINASEFE, para enquadramento dos inativos no
214 Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação –
215 PCCTAE Lei 11.091/2005”, informando que o pleito é justo, mas que
216 não existe como realizar o enquadramento, pois é inapto para apreciação
217 administrativa, por falta de embasamento jurídico; o conselheiro Manuel
218 Porto Júnior esclareceu que existe um parecer do jurídico do Sindicato,
219 dando como viável o enquadramento, em seguida passou a explicar a
220 situação dos aposentados que ficaram em final carreira por muito tempo
221 durante o tempo em que eram ativos, colocou que a grande questão é
222 definir o nível de autonomia dos Institutos, solicitou que o Conselho
223 tome uma posição política favorável ao pleito; o Presidente do Conselho
224 informou que esta é uma decisão que irá depender do MEC, que acredita
225 que o pleito é justo, mas que não se pode a partir desta posição
226 simplesmente implementar o mesmo, pois existe a legalidade que não
227 permite; o conselheiro Hugo Stephan pergunta se alguém está pagando
228 este enquadramento; o conselheiro Manuel Porto Júnior informou que
229 desconhece que alguém esteja enquadrando; o conselheiro Hugo
230 Stephan informou que na UFPel o Conselho Superior se posicionou
231 favorável ao pleito, mas que até o momento não está enquadrando; o
232 conselheiro Manuel Porto Júnior propôs que na próxima reunião seja
233 apreciado um manifesto favorável ao pleito; o conselheiro Carlos Bork
234 apoiou a proposta, colocando que é um tema importante para todos os
235 servidores; o conselheiro Edelbert Krüger também apoiou a proposta; o
236 conselheiro Samuel Aguiar da Cunha pediu que seja melhor detalhado o
237 pleito para que os conselheiros se sintam melhor informados para tomar
238 posição; o Presidente do Conselho colocou em votação a proposta de
239 que seja constituído um documento sobre o tema, e que o mesmo seja
240 apreciado pelo Conselho em sua próxima reunião, sendo aprovada pelos
241 presentes; o conselheiro Manuel Porto Júnior colocou o Sindicato a
242 disposição para a elaboração deste documento. O Presidente do
243 Conselho passou ao próximo item da pauta, “Homologação da Portaria,
244 ad referendum do Conselho Superior, número 584/2010 de 30/04/2010”,
245 explicou que em função da chegada parcelada das funções ao Instituto,
246 foram diversas portarias de nomeação, por isto se definiu criar uma
247 única portaria com toda a estrutura; a conselheira Gisela Amaral
248 perguntou sobre como foram criadas estas funções; o Presidente do
249 Conselho informou que as funções foram criadas pelo MEC; a
250 conselheira Gisela Amaral colocou que tem preocupação com muitas
251 funções que podem estar se sobrepondo; o Presidente do Conselho

252 informou que as funções já vieram “carimbadas” para um campus ou
253 reitoria; a conselheira Gisela Amaral disse que tem dificuldade de
254 enxergar a função de certas funções, que elas podem se repetir dentro
255 dos campi e dentro da reitoria; o Presidente do Conselho informou que
256 as funções na reitoria precisam ter um caráter sistêmico, por isto podem
257 existir funções que tenham na reitoria e nos campi, para que se tenha um
258 acompanhamento das atividades nos campi; o conselheiro Manuel Porto
259 Júnior colocou que acredita que a reitoria esta com uma estrutura maior
260 do que em outros Institutos, solicitou que esta seja a última ad
261 referendum sobre estrutura; o conselheiro Edelbert Kruger colocou que
262 houve de muitos colegas que muitas vezes existem chefes de si mesmo,
263 e que muitas também estão se sombreando; o Presidente do Conselho
264 esclareceu que as funções já vieram especificamente para os campi e
265 reitoria, que muitos chefes hoje não têm servidores abaixo deles, porque
266 ainda não houve concursos específicos para preencher a estrutura de
267 servidores e que isto tem sido realizado gradativamente, e que o
268 concurso que esta sendo realizado no momento irá preencher muitas
269 destas lacunas; o conselheiro Edelbert Krüger colocou sua preocupação
270 em relação ao número de funções que podem estar chegando quase há
271 200, em um universo próximo a 500 e poucos servidores; o conselheiro
272 Marcelo Bender Machado colocou que muitas vezes algumas funções da
273 reitoria trabalham de forma sistêmica, apoiando atividades dos campi
274 novos que ainda não tem todo o seu quadro completo; a conselheira
275 Gisela Amaral colocou que gostaria de discutir as deficiências que
276 existem no campus Pelotas quanto a pessoal, que tem sido, muitas
277 vezes, supridas por bolsistas, que acredita que existe muita “gordura” na
278 reitoria; o Presidente do Conselho manifestou que hoje o número de
279 funções dos Institutos demonstra uma valorização da Educação
280 Profissional, que o discurso de dizer que o número de funções é muito
281 grande, é um discurso que pode demonstrar de que não precisamos
282 delas, quando elas são necessárias; a conselheira Gisela Amaral
283 informou que trabalhou muitas vezes na função de coordenação sem
284 receber nada a mais, que o curso de Edificações tem 22 professores dos
285 quais apenas 6 efetivos; o Presidente do Conselho salientou que muitas
286 decisões fogem da alçada deste conselho ou da reitoria, como por
287 exemplo a falta de vagas para repor professores efetivos que se
288 aposentam, problema mais agravado nos campi mais antigos, que a
289 Instituição precisa pensar grande para poder crescer e que as funções
290 ajudam a sustentar este crescimento; o conselheiro Hugo Stephen
291 colocou que as funções sempre são poucas porque as atividades são
292 muitas para serem desenvolvidas e muitas vezes faltam os servidores
293 para desenvolvê-las; o conselheiro Carlos Alberto Schuch Bork colocou
294 que os diretores sempre irão defender a necessidade das funções para

295 poder atender as demandas dentro dos campi; o conselheiro Idílio
296 Victotia colocou da dependência dos campi novos, que estão em
297 implantação, dos serviços sistêmicos que estão na reitoria, sem eles não
298 poderiam sequer começar suas atividades iniciais; o conselheiro Ricardo
299 Costa apoiou a fala do conselheiro Idílio; o conselheiro José Luiz Lopes
300 Itturriet relatou que o trabalho dos técnico-administrativos em
301 Charqueadas é um trabalho “heróico”, pois são muitas atividades à
302 serem desenvolvidas, e que as funções são necessárias e estão faltando,
303 que hoje, após passar pela gestão, pode testemunhar que existe esta
304 necessidade; a conselheira Gisela Amaral disse que o que ela
305 questionava eram as funções da reitoria e que concorda com as funções
306 nos *campi*; o conselheiro Marcelo Bender Machado discorreu sobre sua
307 viagem de intercâmbio nos EUA, e o reconhecimento dos trabalhos
308 apresentados aqui no Brasil por ocasião da visita deles ao Brasil; o
309 presidente do conselho colocou em votação a homologação da portaria,
310 sendo aprovada pelos presentes, com duas abstenções. Logo em
311 seguida, o presidente do conselho colocou a palavra à disposição dos
312 conselheiros e, como não houve manifestações, agradeceu a presença de
313 todos e deu por encerrada a reunião às vinte e duas horas e vinte
314 minutos e eu, Flávio Nunes, lavrei a presente ata que, depois de lida e
315 aprovada, levará a assinatura de todos.